

◆1-Política Econômica

Perspectivas de médio prazo para a economia brasileira

O período de alta inflação pelo qual o Brasil passou a partir de meados da década de 80 até 1994, marcado pelo alto nível de incerteza quanto aos rumos da economia, tornava inviáveis as projeções do desempenho econômico a médio e longo prazos.

Entretanto, passados quase três anos do lançamento do Plano Real, a estabilização macroeconômica atingida permite projetar o que poderá acontecer ao longo dos próximos anos.

É natural que, após o combate à inflação, a sociedade deseje o retorno das altas de crescimento da economia observadas no passado. Entretanto, os próximos 5 ou 6 anos, deverão, de fato, constituir um período de transição, onde serão construídas as bases para um crescimento sustentado e mais acelerado na próxima década. Esta fase de transição seria marcada por taxas crescentes de investimento, principalmente, em infra-estrutura e nos setores produtores de bens *tradables*. Este aumento dos investimentos, em um primeiro momento, deverá resultar em um aumento do volume de importações - principalmente, de bens de capital com maior desenvolvimento tecnológico -, impactando negativamente a balança comercial. Entretanto, cabe esperar que, em um segundo momento, o aumento da produtividade decorrente daqueles investimentos reflita-se em um aumento tanto da quantidade quanto da competitividade de nossas exportações, o que poderá representar uma melhora para o desequilíbrio da conta corrente na próxima década.

Sendo assim, espera-se que, no futuro de curto e médio prazo, o PIB cresça a uma taxa moderada, de 4,0% a.a. no período 1997/2002¹. Para ter uma justa dimensão do que isso poderia significar, deve-se ter em vista que: a) o crescimento demográfico seria de 1,2 % a.a., muito abaixo da taxa anual de 2,7 % das décadas de 60 e 70, o que significaria, de fato, um crescimento de 2,4% a.a. da renda per capita, já no período 1995/1998 - taxa superior às registradas nos Governos Figueiredo e Collor/Itamar, e igual à média dos 5 anos do Governo Sarney, com a vantagem em relação a este último de ocorrer em um ambiente de maior previsibilidade quanto ao futuro viabilizada pela estabilização

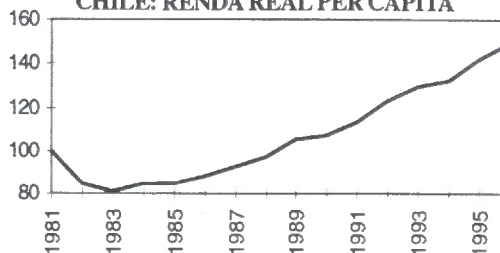
(ver Tabela 1.1); b) com a perspectiva de taxas de crescimento do PIB maiores ao longo do tempo, no próximo Governo (1999/2002), a renda per capita poderia ter um crescimento maior, de 2,9% a.a.; e c) mesmo que a taxa de crescimento média do PIB de 4,0% entre 1997 e 2002 fique abaixo dos 5,5% registrados no período 1951/1996, e seja significativamente inferior à observada na década de 1970, o crescimento acumulado da renda per capita em 6 anos seria de 18%, o que não pode ser considerado desprezível.

Quando se toma o exemplo do Chile - considerado o "tigre" da América Latina devido às altas taxas de crescimento de sua economia apresentadas nos últimos anos -, observa-se que ocorreu uma situação parecida: o período posterior ao ajuste macroeconômico foi marcado por um lento crescimento da renda per capita - ver Gráfico 1.1. Após quedas reais de 15,1% e 4,4%, nos anos de 1982 e 1983, respectivamente, a renda per capita começou a recuperar-se, atingindo o nível registrado em 1981 apenas em 1988. Entretanto, taxas mais aceleradas de crescimento da renda real per capita somente ocorreram a partir de 1989.

TABELA 1.1
BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DA RENDA PER CAPITA

	Em %
*GOV. FIGUEIREDO (1979/84)	0,0
*GOV. SARNEY (1985/89)	2,4
*GOV. COLLOR/ITAMAR (1990/94)	-0,6
*GOV. FHC (1995/98)	2,4
*PRÓXIMO GOVERNO (1999/2002)	2,9

GRÁFICO 1.1
CHILE: RENDA REAL PER CAPITA



— Renda per capita - índice base 1981=100

ÍNDICE

- ◆2 - Nível de Atividade:
PIB trimestral confirma arrefecimento do nível de atividade.....2
- ◆3 - Inflação:
A taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses volta a cair.....3
- ◆4 - Finanças Públicas:
Déficit operacional do setor público de 3,61% do PIB em 12 meses.....4
- ◆5 - Mercado Financeiro:
TBC e TBAN estáveis por três meses consecutivos.....5
- ◆6 - Setor Externo:
Déficit comercial melhora em maio6
- ◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....7
- ◆Anexo Estatístico.....9

1- Ver "Cenário Macroeconômico: 1997-2002", de autoria de Ana Cláudia Além, Fabio Giambiagi e Florinda Pastoriza, BNDES, maio de 1997, Texto para Discussão número 56.

◆2 - Nível de Atividade

PIB trimestral confirma arrefecimento do nível de atividade

Segundo o IBGE, o PIB, com ajuste sazonal, apresentou uma queda no primeiro trimestre de 1997, ante o quarto trimestre de 1996, registrando uma variação negativa de 0,6% - ver Gráfico 2.1. Isto confirma o arrefecimento do nível de atividade nos últimos meses, já demonstrado por outros indicadores. Em relação a igual período de 1996, houve um crescimento de 4,1% do PIB trimestral - sem ajuste sazonal. Entretanto, este resultado decorreu, em grande parte, da comparação com uma base deprimida, já que no primeiro trimestre de 1996 a economia ainda sofria os efeitos da política restritiva adotada no segundo trimestre do ano anterior.

IBGE aponta para uma queda da atividade industrial em março

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou uma queda de 2,1% em março, ante fevereiro - taxa dessazonalizada - ver Tabela 2.1. Todas as categorias de uso apresentaram queda no período: bens de capital, de 5,9%; bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, de 2,6%; bens de consumo duráveis, de 2,4%; e, finalmente, bens intermediários, de 1,2%. No comparativo março de 1997/março de 1996, os bens de consumo duráveis continuaram a apresentar uma desaceleração da taxa de crescimento, que foi de 7,6%, após uma expansão de 9,5% na comparação fevereiro de 1997/fevereiro de 1996, e de 24,4% em janeiro de 1997, ante igual mês de 1996.

CNI e FIESP confirmam dados do IBGE

No mês de março, a evolução dos indicadores da CNI e da FIESP continuou apontando para uma queda da atividade industrial - ver Gráfico 2.2. Segundo a CNI as vendas reais da indústria apresentaram uma queda de 4,5% em março, ante fevereiro - taxa dessazonalizada. Em relação a março de 1996,

houve um crescimento de 6,7%, abaixo, entretanto, dos 10,6% do comparativo janeiro de 1997/janeiro de 1996.

O INA da FIESP em abril, entretanto, apontou para um crescimento de 9,6% - taxa dessazonalizada - da atividade industrial em relação a março. Este resultado deveu-se, em parte, ao fato de o mês de abril ter tido dois dias úteis a mais do que março - já que o feriado de Páscoa em 1997 caiu neste mês. Além disso, o crescimento do indicador foi influenciado, principalmente, pelo crescimento de 32% do setor automobilístico. Em maio, há sinais de que tenha ocorrido uma desaceleração das vendas industriais.

Faturamento real do comércio cresce em abril

Em relação ao comércio varejista, dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) mostraram uma expansão de 6,2% - taxa dessazonalizada - do faturamento real em abril, ante março. Vale destacar, entretanto, que este crescimento foi influenciado pelo resultado das concessionárias de veículos, com expansão de 21,4% de seu faturamento real. Retirando-se o resultado deste item, o crescimento do faturamento real do comércio cai para apenas 0,5%.

Taxa de desemprego aberto do IBGE

A taxa de desemprego aberto do IBGE foi de 5,75% em abril de 1997, abaixo dos 6,03% de igual mês de 1996.

GRÁFICO 2.1
PIB TRIMESTRAL - C/ AJUSTE SAZONAL
1980=100

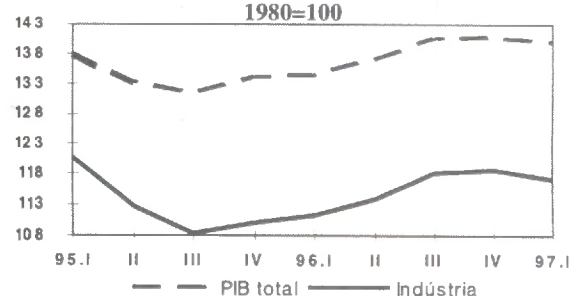
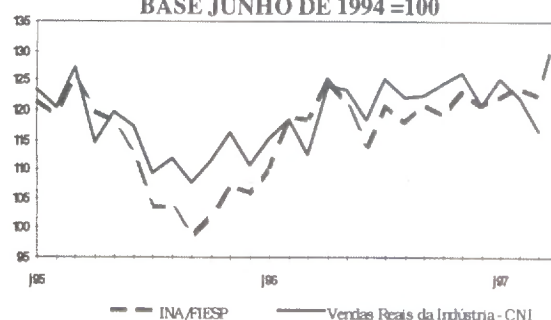


TABELA 2.1
ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COM AJUSTE SAZONAL

Base 1991=100		
Mês	1996	1997
Janeiro	109,9	116,8
Fevereiro	109,1	117,3
Março	109,9	114,8
Abril	112,9	
Maio	113,1	
Junho	112,3	
Julho	118,0	
Agosto	117,5	
Setembro	119,0	
Outubro	118,6	
Novembro	119,8	
Dezembro	117,7	
Média	114,8	116,3

Fonte: IBGE

GRÁFICO 2.2
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
ÍNDICES DESSAZONALIZADOS
BASE JUNHO DE 1994 = 100





103152016



AP/COPED

◆3 - Inflação

04 JUN 1997

AP/COPED

Centro de Pesquisas

A taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses volta a cair

No mês de abril, a média das taxas acumuladas nos últimos 12 meses dos índices IGP-DI, INPC e IPC-FIPE, retomou a sua trajetória de queda que vinha sendo sinalizada desde janeiro de 1996, com exceção do mês de março, passando de 9,09% em março/97 para 8,59% em abril/97. O IGP-DI, INPC e IPC-FIPE, apresentaram uma variação acumulada nos últimos 12 meses de 9,65%, 8,20% e 7,91%, respectivamente no mês de abril deste ano.

No início do mês de abril foi anunciado um reajuste simultâneo nas tarifas de telecomunicações e energia elétrica, com impacto até o mês de junho. O fato de haver uma concentração de reajustes sazonais importantes no período de abril/junho, como o início da comercialização da coleção outono-inverno, o reajuste do salário mínimo e o possível aumento das tarifas de transporte público, levantou uma certa preocupação quanto ao recrudesimento da inflação. Este impacto inflacionário, entretanto, pode ser considerado um fenômeno temporário, uma vez que a taxa acumulada nos últimos 12 meses, como já foi citado acima, voltou a cair.

Vale a pena analisarmos mais de perto o movimento do IGP-DI, que é composto pelo IPA-DI, IPC-DI e INCC. Observa-se que apesar de ter ocorrido uma queda deste índice no acumulado dos últimos 12 meses de 9,8% no mês de março para 9,6% no mês de abril, o IPA-DI, que tem um peso correspondente a 60%, passou de 10,1% para 10,3% no mesmo período em questão. O índice de preços no atacado desde dezembro de 1996 vem apresentando uma trajetória de alta que pode ser explicada pelo comportamento dos produtos agrícolas, na medida que IPA-OG Agricultura passou de uma variação negativa de 2,91% em janeiro/96 para uma variação positiva de 22,43% em abril/97 (Gráfico 3.1).

O IPC-FIPE registra queda

Analisando o comportamento do IPC-FIPE nos últimos meses, foi verificada uma tendência de alta que começa a ser revertida a partir do mês de maio. Isto pode ser explicado pelo fim da pressão dos preços de alimentos, que neste mês apresentaram até a terceira quadrissemana de maio uma deflação de 1,69%, e do subgrupo vestuário, que deve começar a diluir o seu impacto causado na inflação pela comercialização da coleção outono-inverno.

A taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses do IPC-FIPE, registra em linhas gerais, um contínuo movimento de queda passando de 32,31% em junho/95 para 6,82% em maio deste ano (considerando os dados até a terceira quadrissemana de maio). Esta trajetória indica o sucesso do controle da inflação, que não se refletiu somente nos preços ao consumidor mas como também nos preços no atacado. Contudo, como este último vem registrando taxas maiores do que as de 1996, há uma certa resistência à baixa da inflação, que se reflete nos índices ao consumidor, impedindo uma queda mais rápida das taxas. Para o ano como unidade, porém, continua válida a previsão de uma taxa da FIPE situada entre 6,0% e 8,0%, abaixo, portanto, da taxa do IPC-FIPE verificada no fechamento do ano passado, de 10,04%.

O IGP-M, por sua vez, fechou o mês de maio com uma variação de 0,21%, ante o resultado de 0,68% de abril. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M, registraram, em maio, variações de 0,20%, 0,21% e 0,30%, respectivamente.

GRÁFICO 3.1

VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES - EM %

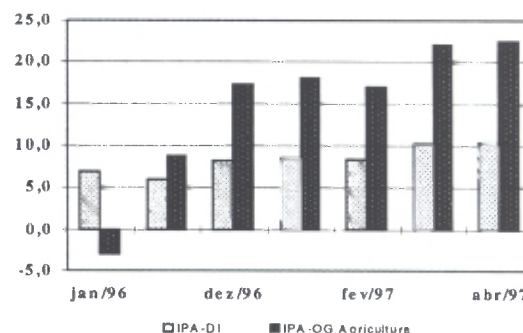


TABELA 3.1

VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES

Mês	Índices de preços				Em %
	IGP-DI	INPC	FIPE	Média	
ago96	8,50	14,28	13,86	12,21	
set	9,83	12,98	13,11	11,97	
out	9,82	11,84	12,10	11,25	
nov	8,68	10,55	11,18	10,14	
dez	9,34	9,12	10,04	9,50	
jan97	9,11	8,42	9,40	8,98	
fev	8,75	8,14	8,98	8,62	
mar	9,77	8,56	8,96	9,09	
abr	9,65	8,20	7,91	8,59	

◆4 - Finanças Públicas

Necessidades de Financiamento do Governo Central em abril

O Governo Central - que inclui o Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central do Brasil - registrou em abril um superávit primário de R\$ 1,3 bilhão, segundo o conceito de Necessidades de Financiamento Líquidas, ante o R\$ 1,5 bilhão de igual mês de 1996 - ambos a preços de abril de 1997. No acumulado no ano, o Governo Central apresentou um superávit primário de 1,4% do PIB, significativamente superior ao superávit de 0,57% do PIB registrado em igual período de 1996.

O expressivo superávit primário acumulado no ano decorreu, de um lado, do aumento real de 7,8% da receita líquida - receita total exclusive transferências constitucionais a estados e municípios -, o que decorreu, em grande parte, do aumento de 5,6% da receita do Tesouro.

As despesas, por outro lado, apesar de apresentarem um crescimento real de 2,2% no acumulado no ano, ante igual período de 1996, tiveram sua participação no PIB reduzida de 15,2% para 14,8%. Destaca-se a redução das despesas com pessoal de 5,95% do PIB no período janeiro/abril de 1996 para 5,16% do PIB em igual período de 1997. Vale ressaltar, também, a redução do déficit primário da Previdência que passou de 0,77% do PIB para 0,55% do PIB no período.

As despesas com o pagamento dos juros reais sobre a dívida pública, por sua vez, passaram de 2,3% do PIB para 1,4% do PIB. Finalmente, o déficit operacional do Governo Central caiu de 1,4% no período janeiro/abril de 1996 para 0,7% em igual período de 1997.

Déficit operacional do setor público de 3,61% do PIB em 12 meses

O resultado operacional das Necessidades de Financiamento do Setor Público consolidado - que inclui Governo Central, Estados, Municípios e empresas estatais -, segundo metodologia específica do Banco Central, foi de um déficit de 3,61% do PIB no acumulado em 12 meses até março, abaixo dos 3,85% do PIB registrados no acumulado em 12 meses até dezembro de 1996. Houve uma piora em relação ao acumulado em 12 meses até fevereiro que foi de 3,46% do PIB - ver Tabela 4.1. Isto decorreu, principalmente, da deterioração do resultado primário do setor público, que passou de um pequeno superávit de 0,01% do PIB no acumulado em 12 meses até março, para um déficit de 0,35% do PIB no acumulado até abril. Este fato já era esperado e explica-se pela redução das receitas do Tesouro em março - ante igual mês de 1996 - decorrente da mudança das regras de pagamento do IRPJ

TABELA 4.1

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)

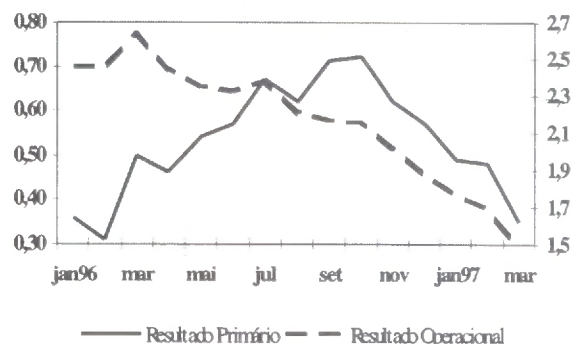
Conceito Operacional(1) - Acumulado em 12 meses

Meses	Total	Em % do PIB		
		Gov. Federal e Bacen	Gov. Estaduais e Municipais	Empresas Estatais
dez95	4,78	1,64	2,31	0,83
jan96	5,47	2,05	2,46	0,96
fev	5,08	1,88	2,46	0,74
mar	5,08	1,75	2,65	0,69
abr	5,47	2,29	2,44	0,74
mai	5,51	2,44	2,35	0,72
jun	5,44	2,38	2,32	0,73
jul	5,38	2,26	2,38	0,74
ago	5,21	2,35	2,21	0,66
set	4,90	2,14	2,17	0,59
out	4,90	2,28	2,16	0,46
nov	4,47	2,14	2,02	0,31
dez	3,85	1,67	1,88	0,30
jan97	3,68	1,69	1,77	0,21
fev	3,46	1,50	1,70	0,25
mar	3,61	1,76	1,50	0,35

Nota: (1) Deflator: IGP-DI.

GRÁFICO 4.1

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO ESTADOS E MUNICÍPIOS CONCEITOS PRIMÁRIO e OPERACIONAL EM % DO PIB ACUMULADO EM 12 MESES



e das Contribuições Sociais: em 1996 o pagamento se deu em uma cota única no mês de março, enquanto que em 1997, o pagamento poderá ser feito em até quatro parcelas. Sendo assim, é de se esperar que o resultado operacional do setor público volte a melhorar nos próximos meses.

Vale ressaltar a melhoria do resultado operacional de estados e municípios, que passou de um déficit de 1,88% do PIB no acumulado em 12 meses até dezembro de 1996, para 1,50% do PIB no acumulado até março de 1997, o que decorreu, em grande medida, da continuidade de queda do déficit primário - ver Gráfico 4.1.

◆5 - Mercado Financeiro

Banco Central mantém TBC e TBAN estáveis por três meses consecutivos

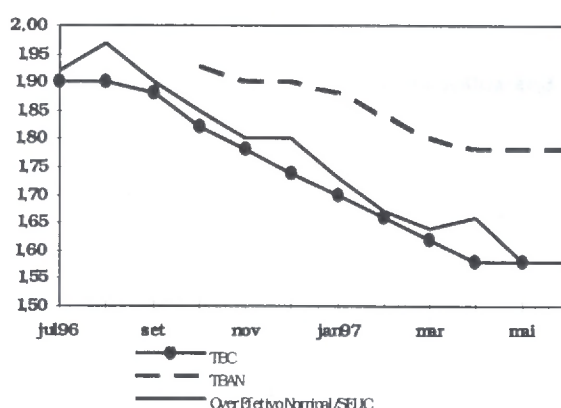
Após a decisão do Federal Reserve (FED) - o Banco Central dos EUA - de manter estáveis as taxas de juros básicas dos Estados Unidos - o que afastou a ameaça de uma reviravolta dos juros externos, pelo menos a curto prazo -, o Banco Central manteve para o mês de junho a TBC e a TBAN nos mesmos níveis fixados para os meses de abril e maio, ou seja, em 1,58% e 1,78%, respectivamente. Com isto, o Banco Central confirmou a substituição da política de redução gradual das taxas de juros básicas observada nos últimos meses por uma de estabilização das mesmas - ver Gráfico 5.1.

O cupom cambial nos próximos meses

Nos últimos meses a manutenção de uma política de desvalorizações nominais sistemáticas do câmbio da ordem de 0,6% a.m. - a fim de recuperar a taxa de câmbio real -, combinada com a redução gradual das taxas de juros internas, vinha se refletindo em uma redução significativa do cupom cambial - o que era preocupante à medida que diminuía a remuneração das aplicações por parte dos investidores externos, podendo, assim, desestimular a entrada de recursos estrangeiros que têm sido de crucial importância para financiar o déficit em transações correntes - ver Tabela 5.1. Em maio, o cupom cambial atingiu seu valor mais baixo nos últimos meses, sinalizando uma taxa anualizada de 7,42%.

Nos próximos meses, espera-se que o cupom cambial volte a se situar em níveis satisfatórios. Para que isso aconteça sem que haja necessidade de um aumento da TBC, o ritmo das desvalorizações nominais do câmbio terá que voltar a ficar na faixa entre 0,55% e 0,60% - o que é, em princípio, viável, tendo em vista a recuperação observada nas exportações no mês de maio - ver Setor Externo.

GRÁFICO 5.1
EVOLUÇÃO DAS TAXAS NOMINAIS DE JUROS



Caso o nível de desvalorizações nominais permaneça nos patamares registrados em março e maio de 1997, corre-se o risco do cupom cambial cair a um nível preocupante - ver Gráfico 5.2. Para evitar que isto acontecesse, o Banco Central teria que aumentar a TBC.

A evolução dos juros nos próximos meses

O Banco Central tem operado cada vez mais por meio da sinalização de um piso - dado pela TBC - e de um teto - dado pela TBAN - para as taxas de juros, deixando, assim, de intervir no mercado dia a dia - como vinha fazendo via *go around*. Sendo assim, nos próximos meses, as taxas de juros de mercado poderão seguir uma trajetória ascendente dentro daquele intervalo.

As projeções do mercado futuro apontam para uma taxa efetiva de juros nos próximos meses de 1,64% em junho, de 1,68% em julho, e de 1,74% em agosto.

GRÁFICO 5.2
EVOLUÇÃO DA DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

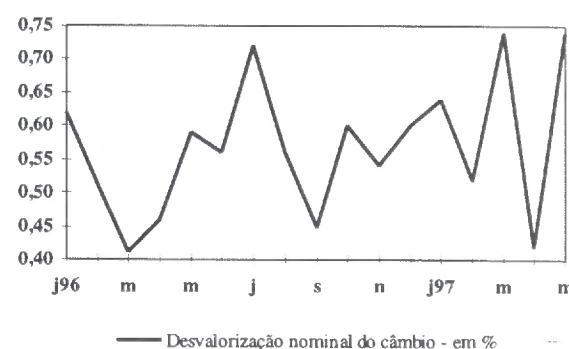


TABELA 5.1
CUPOM CAMBIAL LÍQUIDO EM US\$ (1)

Meses	Mensal	Mensal Anualizado	Em % Últimos 12 meses
jan96	1,56	20,46	22,80
fev	1,48	19,28	22,71
mar	1,47	19,15	26,37
abr	1,29	16,68	25,88
mai	1,11	14,19	21,89
jun	1,11	14,14	21,26
jul	0,91	11,42	20,12
ago	1,11	14,14	19,49
set	1,16	14,84	17,93
out	0,97	12,24	17,00
nov	0,98	12,48	15,93
dez	0,92	11,68	15,02
jan97	0,83	10,36	14,18
fev	0,89	11,28	13,52
mar	0,65	8,07	12,61
abr	0,99	12,51	12,26
mai	0,60	7,42	11,69

Nota: (1) Comparação da taxa SELIC com a variação cambial. Desconta o Imposto de Renda de 15%.

◆6 - Setor Externo

Balança comercial registra déficit de US\$1,0 bilhão em abril

A Balança Comercial fechou o mês de abril com um déficit da ordem de US\$ 1,0 bilhão, resultante da combinação de um total de US\$ 4,6 bilhões de exportações com um montante de US\$ 5,6 bilhões de importações. Com este resultado, o déficit acumulado no período janeiro/abril atingiu US\$ 4,0 bilhões.

No que diz respeito às exportações, destaca-se o crescimento de 34,9% das vendas externas de básicos em abril, ante igual período de 1996. No acumulado no ano, os produtos básicos também apresentaram a maior taxa de expansão das exportações em relação a igual período de 1996: de 31,7%, ante o crescimento de 5,0% do total das exportações - ver Tabela 6.1.

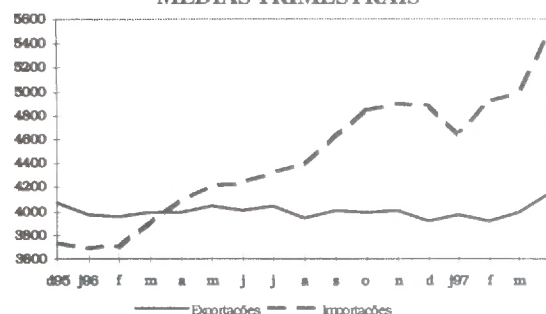
Quanto às importações, em abril, apresentaram um crescimento de 37% em relação ao mesmo mês de 1996. As categorias de uso de maior destaque no mês de abril foram bens de capital e bens de consumo duráveis com crescimento das importações de 74% e 67%, respectivamente, ante mesmo mês do ano anterior. No grupo de bens de consumo duráveis, vale ressaltar a taxa de crescimento de 103% das importações de automóveis. No acumulado no ano, os bens de consumo duráveis e bens de capital apresentam taxas de expansão das importações de 67% e 50%, respectivamente - ver Tabela 6.2.

Evolução das exportações e importações dessazonalizadas

Enquanto que nos últimos meses - até abril - observava-se uma relativa estagnação das exportações diante de uma tendência de crescimento contínuo das importações, no mês de abril, a média diária mensal das exportações teve um crescimento expressivo de 18%, ante a média diária de igual mês de 1996. O problema foi que a recuperação das exportações, ainda que expressiva, não foi capaz de compensar o crescimento das importações, que não apenas prosseguiu no mês de abril, como também foi anormalmente elevado - ver Gráfico 6.1.

Isto pode ser comprovado quando se

GRÁFICO 6.1
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
VALORES DESSAZONALIZADOS
MÉDIAS TRIMESTRAIS



toma como referência a média móvel trimestral das importações ajustadas por um coeficiente médio de dessazonalização - calculado a partir dos coeficientes utilizados por diversos analistas. Esta variável registra um alto crescimento, de 10%, em abril, ante março - que apresentou um crescimento de apenas 1% em relação à média trimestral registrada até fevereiro - apesar do efeito do crescimento de abril ser dividido pelo fato da estatística referir-se a uma média de três meses.

Déficit comercial melhora em maio

Na quarta semana de maio - último dado disponível -, as exportações totalizaram US\$ 1,2 bilhão, o que correspondeu a uma média diária de US\$ 238 milhões, 1,7% superior à média diária da semana anterior. As importações, por sua vez, também foram da ordem de US\$ 1,2 bilhão, o que correspondeu a uma média diária de US\$ 248 milhões, 2,4% abaixo da média diária da semana anterior. O déficit acumulado nos primeiros 16 dias úteis de maio é de US\$ 78 milhões. A expectativa é de que o mês deverá fechar com o menor déficit comercial do ano até agora.

Esta melhora do déficit comercial de maio decorreu, em grande medida, do aumento das exportações de produtos agrícolas, refletindo tanto o aumento dos preços no mercado internacional quanto os efeitos da isenção do ICMS, bem como a expansão da oferta de crédito ao setor.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

Em US\$ milhões FOB			
Itens	Jan - Abr		Var. %
	1997	1996	
Básicos	4.203	3.192	31,7
Industrializados	10.813	11.040	-2,1
Semimanufaturados	2.568	2.674	-4,0
Manufaturados	8.245	8.366	-1,4
Ops. Especiais	270	325	-16,9
Total	15.286	14.557	5,0

Fonte: MICT - SECEX.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

Em US\$ milhões FOB			
Itens	Jan - Abr		Var.%
	1997	1996	
Matérias primas e bens intermediários	8711	7.240	20,3
Combustíveis e lubrificantes	2.032	1.730	17,5
Bens de capital	4.929	3.286	50,0
Bens de consumo	3.623	2.555	41,8
Total	19.295	14.811	30,3

Fonte: Receita Federal.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do Sistema BNDES registrou um crescimento real de 15% no acumulado 12 meses até abril de 1997, ante o mesmo período do ano anterior. Este resultado representou uma melhora em relação ao acumulado até março de 1997, quando a taxa de crescimento tinha sido de 13% - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, prosseguiram em queda, registrando uma redução real de 30% no acumulado 12 meses até abril de 1997, ante igual período de 1996.

O valor das aprovações do Sistema BNDES cresceu 28% em termos reais no acumulado 12 meses até abril de 1997 - ante mesmo período do ano anterior -, taxa superior aos 26% registrados no acumulado 12 meses até março de 1997. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, caiu novamente, apresentando uma queda real de 27% no acumulado 12 meses até abril contra o mesmo período de 1996 - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do Sistema BNDES registrou um crescimento real de 12% no acumulado 12 meses até abril ante igual período de 1996. Este resultado representou uma mudança na trajetória da taxa de crescimento que vinha caindo continuamente desde o acumulado 12 meses até dezembro de 1996. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou um crescimento real de 3% no acumulado 12 meses até abril de 1997, ante igual período de 1996. Este resultado representa uma considerável recuperação em relação aos acumulados até janeiro, fevereiro, e março de 1997, quando a taxa de variação tinha sido negativa.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do sistema

Os desembolsos do BNDES totalizaram o montante de R\$ 1,7 bilhão no período de janeiro a abril de 1997, mantendo-se estável, em termos reais, em relação ao valor registrado no acumulado janeiro/abril de 1996 - a preços de abril de 1997, ver Tabela 7.1. Os desembolsos com as operações diretas apresentaram uma queda real de 5%, atingindo cerca de R\$ 1 bilhão no período. As operações indiretas, por sua vez, registraram uma expansão real de 9% do valor das liberações, que totalizaram R\$ 692 milhões. No que diz respeito às subsidiárias, destaca-se o crescimento real de 264% do valor desembolsado pela BNDESPAR. Com este resultado, a BNDESPAR prosseguiu aumentando sua participação no total de recursos desembolsados pelo Sistema BNDES, que passou de cerca de 3% no acumulado janeiro/abril de 1996, para algo próximo a 11% em igual período de 1997.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1997 pode ser observada na Tabela 7.2. Destaca-se a queda sucessiva dos desembolsos acumulados no ano para a indústria de transformação desde fevereiro de 1997. No acumulado até abril de 1997, a queda real foi de 25%.

O valor real dos desembolsos para o setor de infra-estrutura, por sua vez, apresentou um crescimento de 27% no período - ver Tabela 7.3. A agropecuária apresentou uma expansão real de 22% de seus desembolsos. O destaque continuou sendo o setor de serviços que registrou um crescimento real de 43% do valor das liberações no acumulado janeiro/abril de 1997, ante mesmo período do ano anterior.

No acumulado até abril de 1997, os desembolsos para a indústria de transformação e para o setor de infra-estrutura tiveram uma participação de cerca de 39%, cada um, no total desembolsado pelo sistema. Os desembolsos para o setor de serviços e para a agropecuária, por sua vez, tiveram participações de 11% e 10%, respectivamente, no total.

TABELA 7.1

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1996	1997	Var. %
BNDES	1737	1.740	0,2
Op. Diretas	1103	1.049	-4,9
Op. Indiretas	634	692	9,1
FINAME	992	744	-25,0
BNDES par	83	301	264,2
Total	2812	2.786	-0,9

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até abril de cada ano, a preços de abril de 1997 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2

TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)

Meses	Em %			
	AGROP.	IND. TRANSF.	OUTROS	TOTAL
jan97	-29,7	46,8	14,8	22,2
fev	12,0	-14,4	-11,1	-11,2
mar	-3,5	-32,0	9,7	-12,2
abr	21,9	-24,6	24,0	-0,9

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3

DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1996	1997	Var. %	Part% 1997
TOTAL	2811	2785	-0,9	100,0
AGROPECUÁRIA	233	284	21,9	10,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1432	1079	-24,6	38,8
METALURGIA	193	154	-20,2	5,5
MECÂNICA	160	166	3,7	6,0
MATERIAL DE TRANSPORTE	187	55	-70,7	2,0
CELULOSE E PAPEL	127	157	23,7	5,6
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	129	71	-45,4	2,5
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	333	247	-25,9	8,9
OUTRAS	302	229	-24,0	8,2
INFRA-ESTRUTURA	853	1081	26,6	38,8
SERVIÇOS	210	299	42,5	10,7
OUTROS	83	42	-49,6	1,5

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

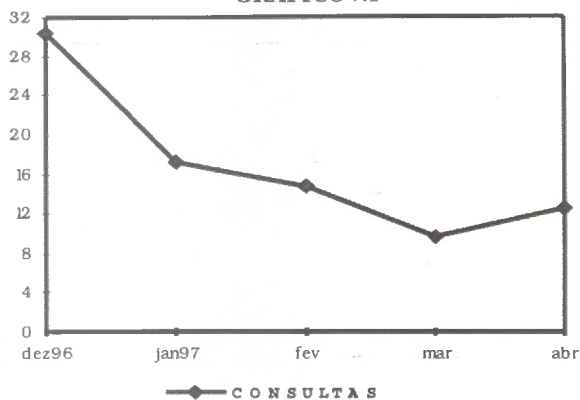
Nota: (1) Acumulado até abril de cada ano, a preços de abril de 1997 - deflator: IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês vis-à-vis acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

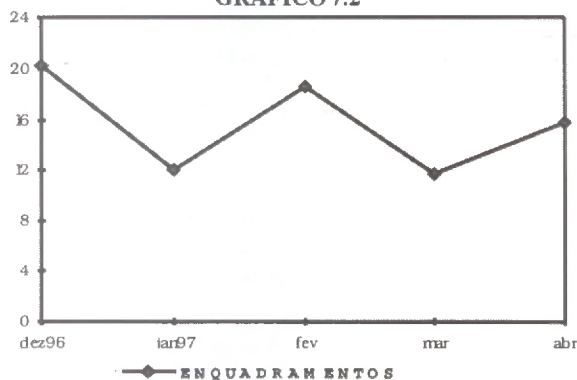


GRÁFICO 7.3

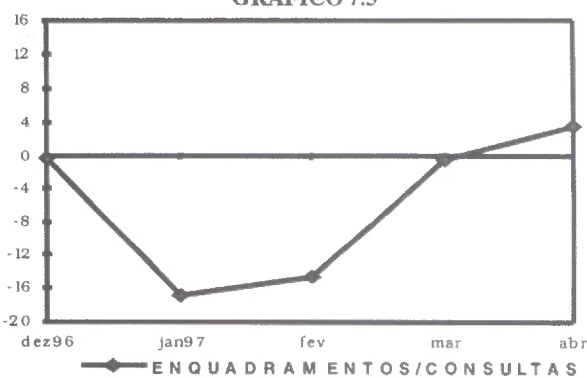


GRÁFICO 7.4

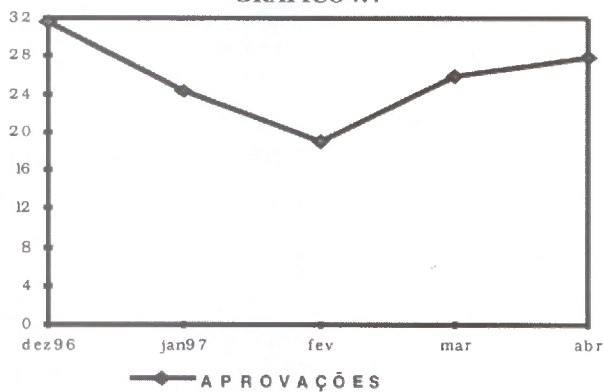


GRÁFICO 7.5

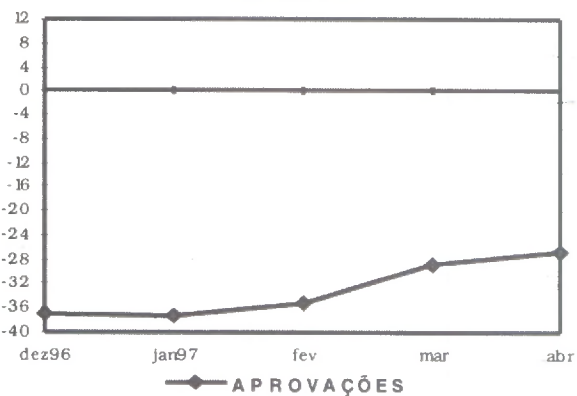


GRÁFICO 7.6

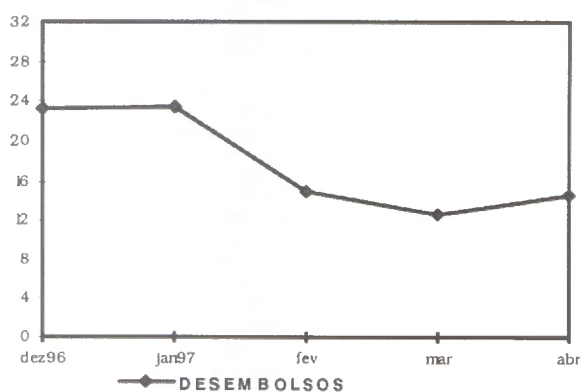
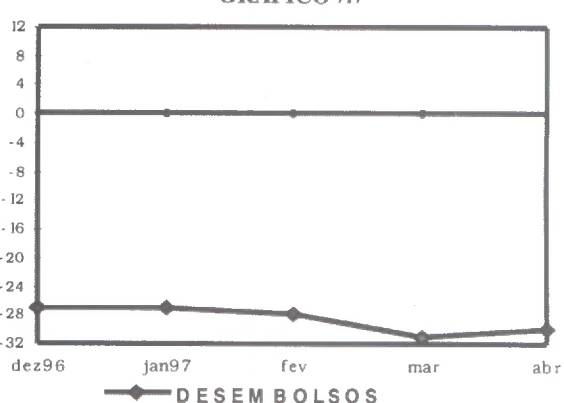


GRÁFICO 7.7



EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M/ FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			Unid. Monet. BNDES (2)			Encargos Cesta de Moedas do BNDES (3)
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	
jan/96	1,73	1,73	16,16	0,63	0,63	16,24	-0,80	-0,80	14,55	6,6481
fev	0,97	2,72	15,68	0,57	1,20	15,60	0,04	-0,76	13,33	6,6481
mar	0,40	3,13	14,86	0,39	1,60	10,28	-0,32	-1,08	3,04	6,6481
abr	0,32	3,46	12,86	0,46	2,06	8,72	-0,20	-1,28	-3,00	6,5518
mai	1,55	5,06	13,94	0,59	2,66	10,21	-0,21	-1,48	-3,79	6,5518
jun	1,02	6,13	12,34	0,60	3,28	8,94	-0,28	-1,76	-4,87	6,5518
jul	1,35	7,57	11,82	0,68	3,98	8,04	1,52	-0,27	-4,36	7,4037
ago	0,28	7,87	9,72	0,56	4,56	6,94	1,19	0,92	-0,87	7,4037
set	0,10	7,97	10,62	0,45	5,03	7,07	-1,46	-0,55	1,13	7,4037
out	0,19	8,18	10,26	0,60	5,66	6,83	-0,76	-1,31	-0,72	7,4372
nov	0,20	8,40	9,17	0,54	6,24	6,88	0,04	-1,27	-0,69	7,4372
dez	0,73	9,19	9,19	0,60	6,87	6,87	-0,83	-2,09	-2,09	7,4372
jan/97	1,77	1,77	9,23	0,64	0,64	6,88	-3,60	-3,60	-4,85	7,0112
fev	0,43	2,21	8,65	0,52	1,16	6,83	-0,36	-3,95	-5,23	7,0112
mar	1,15	3,38	9,46	0,74	1,91	7,20	-0,10	-4,04	-5,02	7,0112
abr	0,68	4,09	9,85	0,42	2,34	7,16	-1,16	-5,16	-5,94	7,7391
mai	0,21	4,30	8,40	0,74	3,10	7,32	4,40	-0,98	-1,59	7,7391

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composição da cesta de moedas do BNDES: Dólar (24%), Iene (22%), Marco (12%) e demais (42%).

(3) Refere-se ao custo total da cesta, juros=IR, onde: 1º trim. - 16/01 a 15/04; 2º trim. - 16/04 a 15/07; 3º trim. - 16/07 a 15/10 e 4º trim. - 16/10 a 15/01.

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBEF		NFSP		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(%DO PIB)		(%DO PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ Bilhões)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Banco da Bahia	2,6	3,5	2,1	2,4	2,7	3,4	5,0	5,8	17,0	18,3	3,0	3,4	50,3	52,8	62,7	67,8	-12,4	-15,0	-32,8	-36,9
Banco de Boston	3,9	-	3,9	-	8,0	-	2,9	-	17,0	-	3,4	-	51,2	-	61,4	-	-10,2	-	-	-
Garantia	4,2	4,8	4,4	5,6	5,0	5,5	3,8	3,9	-	-	3,1	2,8	50,4	53,4	60,8	67,5	-10,4	-14,1	-31,2	-37,0
JP Morgan	3,5	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,6	53,6	63,9	72,3	-13,3	-18,7	-34,5	-42,4
MCM Consultores	3,3	4,4	2,6	4,1	5,9	5,2	3,2	4,6	17,3	21,0	3,0	2,8	50,3	53,1	60,8	69,0	-10,5	-15,9	-38,0	-42,6
Rosemberg	3,9	-	3,6	-	5,5	-	3,7	-	17,5	-	3,5	-	49,0	-	60,0	-	-11,0	-	-33,0	-
Salomon Brothers	3,7	3,4	4,4	3,5	4,7	4,0	2,8	3,2	16,5	17,5	3,5	3,0	50,0	53,9	62,9	68,9	-12,9	-15,0	-	-
Trend Consultoria	3,6	3,5	2,0	3,2	4,1	5,5	1,2	2,8	16,5	17,5	3,3	3,0	51,0	53,9	62,4	68,9	-11,4	-15,0	-32,7	-38,8
Nomura	4,1	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5	2,3	-	-	-	-	-	-	-31,2	-37,1
Macrométrica	4,3	5,5	4,7	6,4	6,6	5,5	3,3	4,8	15,9	16,1	3,4	2,5	50,7	56,6	61,8	70,3	-11,1	-13,7	-31,5	-35,6
Média	3,7	4,2	3,5	4,2	5,3	4,9	3,2	4,2	16,8	18,1	3,2	2,8	50,4	53,9	61,8	69,2	-11,5	-15,3	-33,1	-38,6
Desvio Padrão	0,48	0,70	1,01	1,38	1,50	0,84	1,01	1,00	0,52	1,62	0,31	0,34	0,60	1,18	1,16	1,51	1,07	1,52	2,12	2,60

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Com exceção da Macrométrica, as outras instituições excluem a Construção Civil e os Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	jun	jul	ago	1997	jun	jul	ago	1997
Banco Cindam	0,5	0,9	0,4	6,9	0,4	0,8	0,6	9,0
Banco da Bahia	0,7	-	-	-	-	-	-	-
BBA	0,6	0,6	0,4	7,0	0,4	0,6	0,4	7,0
Citibank	1,0	0,8	-	7,0	0,5	0,6	-	7,0
Dinheiro Vivo	0,9	-	-	-	0,7	-	-	-
Garantia	-	-	-	6,5	-	-	-	-
LCA	-	-	-	6,5	-	-	-	-
MCM Consultores	1,0	0,9	-	6,5	0,6	0,6	-	-
Rosemberg	0,3	0,5	0,3	7,0	0,5	0,3	0,3	6,5
Salomon Brothers	1,1	0,7	-	-	0,9	0,4	-	-
Trend	1,4	0,4	-	6,3	0,9	0,4	-	7,1
Macrométrica	0,6	0,4	0,1	6,1	0,8	0,5	0,3	8,6
Média	0,8	0,7	0,3	6,6	0,6	0,5	0,4	7,5
Desvio Padrão	0,33	0,19	0,14	0,35	0,21	0,16	0,15	1,01

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	INPC	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/96	1,46	1,82	1,73	1,79	1,31	0,21	1,25	0,98	0,98	0,99
fev	0,71	0,40	0,97	0,76	0,47	0,03	0,96	0,98	0,98	0,99
mar	0,29	0,23	0,40	0,22	-0,07	-0,15	0,81	0,99	0,99	0,99
abr	0,93	1,62	0,32	0,70	0,41	0,37	0,66	0,99	0,99	1,02
maio	1,28	1,34	1,55	1,68	1,34	0,23	0,59	1,00	1,00	1,02
junho	1,33	1,41	1,02	1,22	0,94	0,40	0,61	1,00	1,00	1,04
julho	1,20	1,31	1,35	1,09	1,38	0,13	0,59	1,01	1,01	1,04
agosto	0,50	0,34	0,28	0,00	-0,05	0,44	0,63	1,01	1,02	1,03
setembro	0,02	0,07	0,10	0,13	0,41	0,33	0,66	1,02	1,02	1,04
outubro	0,38	0,58	0,19	0,22	0,24	0,20	0,74	1,03	1,03	1,10
novembro	0,34	0,34	0,20	0,28	0,24	0,36	0,81	1,03	1,03	1,10
dezembro	0,33	0,17	0,73	0,88	1,21	1,29	0,87	1,04	1,04	1,12
Acum. Ano	9,12	10,04	9,19	9,33	8,10	3,90	9,57	-	-	-
jan/97	0,81	1,23	1,77	1,58	1,67	0,36	0,74	1,04	1,05	1,09
fevereiro	0,45	0,01	0,43	0,42	0,34	0,35	0,66	1,05	1,05	1,10
março	0,68	0,21	1,15	1,16	1,59	0,15	0,63	1,06	1,06	1,15
abril	0,60	0,64	0,68	0,59	0,53	0,40	0,62	1,06	1,06	1,14
maio	-	-	0,21	-	-	-	0,64	1,07	1,07	1,14
Acum. Ano	2,56	2,10	4,30	3,80	4,19	1,27	3,33	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/96	17,79	0,03	0,83	2,83	-3,18	-1,08	0,46
fev	-4,69	0,49	1,36	-1,74	-0,96	-0,39	1,08
mar	-0,45	0,91	1,81	0,15	0,41	-0,01	1,48
abr	3,89	0,84	1,74	-1,18	2,39	0,14	1,38
maio	9,22	-0,45	0,45	-1,21	-1,24	-0,94	0,12
junho	4,45	0,09	0,94	-3,29	0,15	-0,41	0,72
julho	-0,04	-0,26	0,56	0,83	-1,33	-0,66	0,18
agosto	1,94	0,85	1,69	0,52	-0,47	0,28	1,22
setembro	2,89	1,06	1,80	-1,84	0,58	0,35	1,53
outubro	1,15	1,05	1,66	0,78	5,57	0,41	1,30
novembro	1,83	1,12	1,60	-1,14	-0,65	0,34	1,28
dezembro	4,84	0,64	1,06	-1,08	1,54	-0,13	0,73
Acum. no ano	49,96	6,54	16,63	-6,32	2,57	-2,09	12,09
jan/97	11,17	-0,51	-0,04	-8,21	-4,37	-1,11	-0,38
fev	10,37	0,73	1,23	5,28	0,49	0,09	1,14
mar	1,27	-0,02	0,48	-3,60	3,36	-0,40	0,28
abr	9,63	0,44	0,97	-3,29	-1,54	-0,25	0,63
maio	13,41	0,93	1,37	1,98	-0,65	0,53	1,10
Acum. no ano	54,49	1,57	4,07	-8,12	-2,84	-1,14	2,79

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/96	-	5,13	102,24	24,65	6,32	21,55	9,51	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,13	88,48	25,50	6,11	20,75	9,43	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	18,34	5,35	83,45	25,07	5,77	18,99	9,29	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,37	75,56	23,38	5,69	19,22	9,55	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,43	72,78	23,02	5,53	18,08	9,53	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	15,44	5,56	72,66	22,01	5,39	17,34	9,56	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jul	-	5,69	71,96	21,78	9,53	16,79	9,22	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
ago	-	5,56	71,45	21,34	5,16	15,69	9,61	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
set	14,97	5,62	69,58	20,22	5,17	15,30	9,47	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
out	-	5,28	67,99	23,44	5,09	16,26	10,77	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
nov	-	5,41	64,60	21,41	4,97	15,07	10,92	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
dez	11,02	5,46	61,26	20,50	4,75	15,07	11,13	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jan/97	-	5,53	61,63	19,19	4,71	14,04	10,40	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,46	56,99	20,04	4,66	14,55	11,17	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	10,33	5,84	58,29	18,99	4,59	13,86	10,68	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,81	58,70	18,47	4,50	13,60	10,18	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai(5)	-	5,88	58,45	18,68	4,38	12,83	8,85	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	10,15	-	-	-	-	-	-	3,5 a 6,6	5,0 a 6,1

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC: valores referentes ao dia 14/05/97.